



Fact  
Sheet

# Diretrizes/orientações socioambientais para investimentos chineses no estrangeiro

Nos últimos anos, seguindo a estratégia “Going Out”, as atividades da China de investimento estrangeiro direto (IED) aumentaram a taxas expressivas. Até o final de 2018, o valor total do IED da China tinha atingido US\$143.04 bilhões (MOFCOM, 2019), se configurando como o segundo maior investidor estrangeiro no mundo. Os fluxos de IED da China destinados à América Latina também têm tido um forte aumento, alcançando em média 17.6 bilhões de dólares anuais, no período 2016-2018 (frente aos 16 bilhões de dólares anuais no período 2005-2007). For the period 2017-2019—after the peak reached by Chinese OFDI in 2016—Chinese OFDI in LAC represented about 8% of the region’s FDI

O investimento estrangeiro da China aumentou rapidamente a partir de 2003. Com incentivo e apoio do estado, milhares de empresas começaram a investir no exterior em uma ampla gama de projetos. Durante esse período, as empresas e financiadores chineses — com pouca ou nenhuma experiência operando no exterior — se envolveram em grandes projetos em países com os quais não estavam familiarizados. Enquanto alguns implementaram projetos sem grandes percalços, outros, despreparados e com pouco conhecimento, ocasionaram graves impactos sociais e ambientais, tiveram conflitos com a população local e outros problemas que causaram danos, por vezes financeiros como prejuízo à reputação dos investidores chineses.

As empresas e financiadores chineses geralmente careciam de políticas institucionais fortes para lidar com questões sociais e ambientais derivadas de suas atividades. No entanto, isso está começando a mudar. Os bancos públicos adotaram políticas sociais e ambientais internas. Várias empresas assumiram o compromisso de operar de maneira responsável

no exterior, e algumas aderiram aos princípios e às normas internacionais. O governo chinês e grupos da indústria reconheceram a necessidade de melhorar os padrões sociais e ambientais nos investimentos no exterior e, nos últimos anos, emitiram várias diretrizes, guias e salvaguardas para empresas e Bancos que operam fora da China. Existem diretrizes gerais que têm aplicação em todo investimento estrangeiro e diretrizes setoriais. Essas diretrizes abordam questões como proteção ambiental e social, estudos de impacto, reassentamento, participação e proteção de comunidades.

**As salvaguardas sociais e ambientais visam proteger as pessoas e os ecossistemas dos impactos negativos dos projetos de investimento. Salvaguardas são políticas, padrões e sistemas, que investidores e financiadores implementam para prevenir e mitigar os impactos negativos de suas atividades comerciais e industriais. As salvaguardas devem ser implementadas durante todo o ciclo do projeto, desde a identificação, desenho e preparação, passando pelo desenvolvimento e operação, até o encerramento do empreendimento.**

As políticas e diretrizes adotadas até o momento ainda são muito genéricas, de implementação voluntária e nenhuma possui mecanismos de queixa. Elas são uma criação relativamente recente, mas existe uma demanda para que esses padrões sejam fortalecidos, aplicados e respeitados.

Este documento aborda algumas das principais diretrizes e políticas sociais e ambientais chinesas atualmente em vigor.

## ORGÃOS E PRINCIPAIS DIRETRIZES

### 1. Órgãos governamentais:

**1. Conselho de Estado (State Council):** A mais alta autoridade do governo; mais alto poder de supervisão.

#### Diretriz

#### Nove Princípios de Incentivo e Padronização do Investimento Estrangeiro (2006)<sup>1</sup>

- a) Defender os valores de respeito, igualdade, benefício mútuo e “cooperação em que todos saem ganhando”;
- b) Se adequar às leis e regulamentos locais com contratos justos e transparentes, responsabilidade social e proteção dos direitos dos funcionários locais, prestando atenção à proteção dos recursos ambientais.
- c) Criar um ambiente amigável para a opinião pública, preservar a imagem e reputação corporativa da China.

Esses princípios não são normas, mas são integrados e ampliados em documentos subsequentes do Conselho de Estado e de outras instituições.

1. Dados disponíveis em: < [https://www.followingthemoney.org/wp-content/uploads/2017/03/2006.10\\_State-Council\\_Nine-Principles-on-Encouraging-and-Standardizing-Outward-Investment\\_E.pdf](https://www.followingthemoney.org/wp-content/uploads/2017/03/2006.10_State-Council_Nine-Principles-on-Encouraging-and-Standardizing-Outward-Investment_E.pdf) >. Acesso em: jan. 2021.

**Diretriz: Orientação e Regulamentação Adicional de Investimentos no Estrangeiro (2017)<sup>2</sup>:**

- a) Orienta as empresas a considerar as condições específicas dos países beneficiários e priorizar a cooperação mútua com governos e empresas locais, para trazer benefícios sólidos. Introduce uma classificação para investimentos no exterior de investimentos “incentivados”, “restritos” e “proibidos”;
- b) Os incentivados devem ser desempenhados por empresas qualificadas e devem se concentrar preferencialmente no desenvolvimento da Belt and Road Initiative (BRI) e da infraestrutura de conectividade correlata;
- c) Sofrem restrições os investimentos que não cumpram os padrões de proteção ambiental, de consumo energético e de segurança e que não cumpram os requerimentos técnicos do país anfitrião;
- d) São proibidos os investimentos que envolvam a exportação de tecnologia militar sem aprovação do governo e tecnologia e produtos que a China proíbe.

**2. Comissão de Administração e Supervisão de Ativos Estatais (SASAC): Órgão do Conselho de Estado; supervisiona as empresas estatais chinesas.mais alto poder de supervisão.**

**Diretriz: Desenvolvimento de Responsabilidades Sociais Corporativas das Empresas Estatais Diretamente Vinculadas ao Governo Central (2007)<sup>3</sup>:**

- a) As empresas estatais devem assumir suas responsabilidades e liderar a economia de energia e a redução de emissões, devem proteger o meio ambiente, racionalizar os procedimentos de produção, tentar diminuir a emissão de poluentes e menor consumo de energia.

**Diretriz: Medidas para a Supervisão e Administração de Investimentos no Exterior para Empresas Estatais Centrais (2017)<sup>4</sup>:**

- a) As empresas estatais centrais devem cumprir as leis e regulamentos e práticas culturais dos países em que investem e operam. O SASAC realiza supervisão e inspeções aleatórias das empresas estatais. As medidas têm um forte foco na prevenção e mitigação de riscos.

**3. Ministério do Comércio (MOFCOM)**

**Diretriz: Proteção do Meio Ambiente em Investimentos e Cooperação internacional (2013)<sup>5</sup>:**

Busca orientar as empresas a regularizarem seus comportamentos de proteção ambiental em atividades de investimento e cooperação no exterior, identificar e prevenir oportunamente riscos ambientais, cumprir com as responsabilidades de proteção ambiental, criar boa imagem internacional e apoiar o desenvolvimento sustentável do país anfitrião.

- a) As empresas devem respeitar a religião, as tradições culturais e os costumes locais do país anfitrião, salvaguardando os direitos dos trabalhadores e oferecendo treinamentos e oportunidades de emprego para os residentes das áreas do entorno do projeto;
- b) As empresas devem construir e operar instalações voltadas à prevenção de poluição, assegurando que os padrões de emissão de poluição para gás de exaustão, água residual e resíduos sólidos do país anfitrião estejam sendo respeitados;
- c) As empresas chinesas devem realizar análise do cumprimento da regulação e das leis ambientais da empresa-alvo estrangeira que ela deseje adquirir antes da aquisição;
- d) As empresas devem fortalecer a comunicação com as comunidades afetadas pelo projeto, escutando suas opiniões e sugestões, no que diz respeito aos impactos ambientais de suas atividades, através de fóruns, de acordo com as leis e regulações locais do país anfitrião;
- e) As empresas são incentivadas a tornar pública a sua informação ambiental, compreendendo o seu plano de implementação de leis e regulações de proteção ambiental, medidas tomadas e resultados obtidos em termos de performance ambiental;

2. Dados disponíveis em: < [https://www.followingthemoney.org/wp-content/uploads/2019/02/2017\\_State-Council\\_Guidelines-on-Further-Guiding-and-Regulating-Overseas-Investment\\_E.pdf](https://www.followingthemoney.org/wp-content/uploads/2019/02/2017_State-Council_Guidelines-on-Further-Guiding-and-Regulating-Overseas-Investment_E.pdf)>. Acesso em jan. 2021. Essa diretriz foi publicada pelo Conselho de Estado, porém elaborada pelo Ministério do Comércio, Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ministério das Relações Exteriores e Banco Popular da China.

3. Dados disponíveis em: < <http://csr2.mofcom.gov.cn/aarticle/laws/201008/20100807067057.htm>>. Acesso em: jan. 2021.

4. Dados disponíveis em: < <http://en.pkulaw.cn/display.aspx?cgid=94384de2b5ef0606bdfb&lib=law>>. Acesso em: jan. 2021.

5. Dados disponíveis em: <<http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/significantnews/201303/20130300043146.shtml>>. Acesso em: jan. 2021.

- f) As empresas devem considerar a função ecológica da área na qual o projeto está situado e, com a coordenação do governo e da comunidade local, elas devem tomar medidas como: conservação da flora e fauna no local do projeto e no seu entorno e reduzir os impactos sobre a biodiversidade local;
- g) As empresas são incentivadas a participar e dar suporte às atividades públicas locais de proteção ambiental, difundindo o conceito de proteção ambiental e criando uma boa imagem da empresa em relação à proteção ambiental; e
- h) Incentivar as empresas a conduzir uma produção limpa, promover a reciclagem, reduzir a poluição.

#### **4. Ministério de Proteção ao Meio Ambiente em conjunto com: Comitê de Finanças Verdes da Associação Chinesa de Finanças e Bancos, Associação de Investimentos da China, Associação Bancária da China, Associação de Gestão de Ativos da China, Associação de Gestão de Ativos de Seguros da China, Associação de Trustee da China.**

##### ***Diretriz: Iniciativa de Gestão de Riscos Ambientais para o Investimento Exterior da China (2017)<sup>6</sup>:***

- a) Instituições e empresas financeiras são incentivadas a aplicar as políticas e normas ambientais dos países anfitriões e a identificar, avaliar, mitigar e gerenciar riscos ambientais para suas atividades comerciais nos países anfitriões.
- b) Aplicar os padrões ambientais dos países anfitriões e os internacionais vigentes; realizar auditoria ambiental e monitorar possíveis impactos de indústrias como mineração, energia a carvão, infraestrutura, aço, cimento, materiais de construção, produtos químicos e têxteis
- c) Os bancos devem seguir padrões internacionais de sustentabilidade e os investidores devem seguir os Princípios das Nações Unidas para o Investimento Responsável e estabelecer processo para a gestão de riscos ambientais.
- d) As instituições financeiras são incentivadas a divulgar informações sobre os projetos, o financiamento e o estudo de impacto ambiental antes do investimento, assim como publicar relatórios em inglês ou no idioma local.

#### **5. Comissão Reguladora dos Bancos da China (CBRC)**

##### ***Diretriz: Crédito Verde (2012)<sup>7</sup>***

Se aplicam a bancos públicos e bancos comerciais, visam melhorar os processos de due diligence e a avaliação e controle dos impactos socioambientais associados do projeto.

- a) Os bancos devem identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos socioambientais nas suas operações;
- b) Criar um sistema padronizado de avaliação e categorização de riscos socioambientais dos seus diferentes clientes;
- c) No que tange os projetos no exterior, cabe aos bancos assegurar que os desenvolvedores estão operando de acordo com a legislação e regulação locais do país ou região na qual o projeto está sendo desenvolvido.

A CBRC detém a responsabilidade de supervisionar e promover a implementação das diretrizes.

##### ***Diretriz: Regularização do Setor Bancário no Atendimento à Empresas no Exterior e Fortalecimento do Controle de Riscos (2017)<sup>8</sup>:***

Incentiva as instituições financeiras envolvidas em projetos de infraestrutura a aprender com os Princípios do Equador e outras práticas internacionais e a estabelecer sistemas de controle de risco e impactos socioambientais.

As diretrizes encorajam as instituições financeiras chinesas a integrar a gestão de riscos socioambientais em todas as etapas de seu envolvimento em projetos no exterior, assim o estabelecimento de um mecanismo de transparência e resposta a reclamações e “demandas razoáveis” de pessoas, ONGs e outras partes interessadas.

6. Dados disponíveis em: < <http://www.greenfinance.org.cn/displaynews.php?id=1472>>. Acesso em: jan. 2021.

7. Dados disponíveis em: < [https://www.followingthemoney.org/wpcontent/uploads/2017/03/2012.02.24\\_CBRC\\_Notice-of-the-CBRC-on-Issuing-the-Green-Credit-Guidelines\\_E.pdf](https://www.followingthemoney.org/wpcontent/uploads/2017/03/2012.02.24_CBRC_Notice-of-the-CBRC-on-Issuing-the-Green-Credit-Guidelines_E.pdf)>. Acesso em jan. 2021.

8. Dados disponíveis em: < [https://www.followingthemoney.org/wp-content/uploads/2019/02/2017\\_CBRC\\_Guidelines-on-Regulating-Banking-Industry-in-Serving-Overseas-Development-and-Risk-Control\\_E.pdf](https://www.followingthemoney.org/wp-content/uploads/2019/02/2017_CBRC_Guidelines-on-Regulating-Banking-Industry-in-Serving-Overseas-Development-and-Risk-Control_E.pdf)>. Acesso em jan. 2021.

## 6. Banco Popular da China - (People's Bank of China)

### **Diretriz: Estabelecer o Sistema Financeiro Verde (2016)<sup>9</sup>**

Banco Popular da China em conjunto com Ministério das Finanças, Comissão Nacional da Reforma e do Desenvolvimento, Ministério de Proteção Ambiental, Comissão Reguladora Bancária da China, Comissão Reguladora de Bancos e Seguros da China e Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China.

- a) Incentivo às empresas estabelecerem um mecanismo de avaliação de desempenho ambiental, responsabilidade ambiental dos credores; guia à bancos e instituições financeiras para estabelecer sistema de gestão de crédito verde.
- b) Incorporação de informações ambientais das empresas nos dados do crédito;
- c) Apoio às empresas ambientalmente qualificadas a obter financiamentos públicos; aprimoramento do sistema de transparência ambiental para empresas e emissores de títulos: empresas em “listas sujas” devem implementar requerimentos de divulgação de informações de emissão de poluentes e construir instalações de proteção ambiental, aumento de penas para empresas que forjam informações ambientais.

## 7. Banco de Exportação e Importação da China (China Eximbank)

O China Eximbank foi o primeiro banco chinês a publicar diretrizes relacionadas ao investimento externo. As diretrizes deixam claro que, quando o Eximbank está avaliando empréstimos, ele deve considerar questões sociais e ambientais, não apenas benefícios econômicos (artigo 4). O artigo 12 das diretrizes estabelece os princípios que devem ser seguidos em projetos no exterior.

### **Diretriz: Avaliação de Impacto Socioambiental para Empréstimos (2007)<sup>10</sup>:**

- a) Levar em consideração aspectos socioambientais antes da aprovação de um projeto, requerendo avaliações ambientais e mensuração dos impactos para o recebimento do empréstimo, e no monitoramento pós empréstimo;
- b) As políticas ambientais do país anfitrião são a base da avaliação. Quando o país anfitrião não possui um mecanismo de proteção ambiental deve-se adotar padrões internacionais;
- c) Respeitar os direitos das populações locais à terra e aos recursos e assegurar o reassentamento;
- d) Nos casos em que um projeto está envolvido com sérios problemas socioambientais, o mutuário é obrigado a resolvê-los. Caso contrário, o Eximbank poderá cancelar o empréstimo e exigir o pagamento antecipado.

## 8. Banco de Desenvolvimento da China- China Development Bank (CDB)

É o maior banco da China e, como banco público, desempenha um papel importante no apoio ao investimento externo da China. O banco afirma ter normas em vigor para gerenciar os impactos ambientais e sociais de suas atividades, e que o estudo das propostas de projetos inclui uma avaliação dos riscos ambientais e sociais. No entanto, ele não torna público essas políticas. De acordo com os relatórios do banco, os pedidos de empréstimo devem incluir avaliações de impacto ambiental e o banco pode rejeitar empréstimos por motivos ambientais.

Adota também o Plano de Trabalho para Créditos Verdes e Medidas Provisórias para Gerenciamento de Créditos Verdes, que integraram a avaliação dos riscos ambientais e sociais em seu ciclo de empréstimos, desde o desenvolvimento do projeto até aprovação e pós-empréstimo.

9. [https://www.chinadaily.com.cn/business/2016hangzhou20/2016-09/04/content\\_26692931.htm](https://www.chinadaily.com.cn/business/2016hangzhou20/2016-09/04/content_26692931.htm)

10. Dados disponíveis em: < [https://www.followingthemoney.org/wp-content/uploads/2017/03/2007.08.28\\_China-Exim-Bank\\_Guidelines-for-Env-and-Soc-Impact-Assessments-2007\\_Exim\\_E.pdf](https://www.followingthemoney.org/wp-content/uploads/2017/03/2007.08.28_China-Exim-Bank_Guidelines-for-Env-and-Soc-Impact-Assessments-2007_Exim_E.pdf)>. Acesso em jan. 2021

## OUTROS ÓRGÃOS

**Associação Internacional de Empreiteiros da China (CHINCA):** A Associação Internacional de Empreiteiros da China (CHINCA) é a organização formada por investidores de projetos internacionais chineses, empreiteiros, empresas de serviços de mão-de-obra e prestadores de serviços relacionados.

As Diretrizes visam ajudar as empresas a estabelecer regras eficazes e equitativas de governança da sustentabilidade e impulsionar a sustentabilidade econômica, social e ambiental por meio de ações viáveis. As Diretrizes abrangem as 5 etapas de investimento, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção e fechamento.

**Diretriz: Infraestrutura Sustentável para Empreiteiros Internacionais Chineses (2016)<sup>11</sup>:**

- a) As empresas devem levar em consideração a prevenção de riscos ambientais e a proteção dos ecossistemas;
- b) Todo o ciclo de vida do projeto deve ter o selo de sustentabilidade.

## IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES

Quase todas as principais diretrizes/orientações produzidas pelo governo chinês são voluntárias, ou seja, o governo não exige a adoção obrigatória pelas empresas ou bancos. Elas carecem de medidas concretas de aplicação e de mecanismos de queixa ou fiscalização, gerando entraves à sua implementação, à responsabilização por impactos potencialmente causados e precária prestação de contas à sociedade.

No entanto, apesar delas não serem vinculantes, elas fornecem um marco orientador útil para as empresas chinesas identificar, prevenir e mitigar riscos, estabelecendo procedimentos de due diligence, monitoramento e divulgação de relatórios.

As diretrizes contam o apoio do mais alto nível do governo chinês (ministérios e outros órgãos governamentais) para incentivar e orientar as empresas a atuar de maneira responsável e sustentável, melhorando a sua reputação e suas práticas, por isso elas são tão relevantes e devem estar no centro das discussões acerca dos investimentos chineses no exterior.

### Principais Recomendações do Conjunto de Diretrizes:

| Responsabilidade ambiental  | Conformidade com leis nacionais   | Avaliações de risco e impacto (Diretrizes dos Bancos)   | Avaliações ambientais em todo o ciclo do projeto  |
|---|---|---|---|
| Empresas devem evitar ao máximo que seus investimentos no exterior gerem danos ao meio ambiente | As empresas chinesas devem respeitar as leis e regulações ambientais nacionais assim como os tratados internacionais sobre o tema | Devem ser realizadas antes, durante e depois dos projetos em relação a seus possíveis impactos ambientais | Avaliação de risco, incluindo o ambiental, deve abranger o antes, o durante e o depois do projeto |

| Diretrizes/Orientações  | Ano  | Órgão   |
|---|------|---|
| Princípios de Incentivo e Padronização do Investimento Estrangeiro (2006)                                 | 2006 | Conselho de Estado (State Council)                                |
| Desenvolvimento de Responsabilidades Sociais Corporativas para Empresas Estatais - Governo Central (2007) | 2007 | Comissão de Administração e Supervisão de Ativos Estatais (SASAC) |
| Diretrizes Avaliação de Impacto Socioambiental Empréstimos (2007)   | 2007 | Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank)              |

| Diretrizes/Orientações  | Ano  | Órgão  |
|---|------|--|
| Crédito Verde (2012)  | 2012 | Comissão Reguladora dos Bancos da China (CBRC)   |
| Proteção do Meio Ambiente em Investimentos e Cooperação Estrangeira (2013)  | 2013 | Ministério do Comércio (MOFCOM); Ministério de Proteção ao Meio Ambiente (MEP).  |
| Infraestrutura Sustentável para Empreiteiros Internacionais Chineses (2016)   | 2016 | Associação Internacional de Empreiteiros da China (CHINCA)   |
| Estabelecer um Sistema Financeiro Verde (2016)  | 2016 | Banco Popular da China (People's Bank of China)  |
| Iniciativa de Gestão de Riscos Ambientais para o Investimento Exterior da China (2017)                              | 2017 | Comitê de Finanças Verdes da Sociedade de Finanças e Bancos, Associação de Investimentos da China, Associação de Gestão de Ativos de Seguros da China Associação de Gestão de Ativos, Associação de Trustee da China, Escritório de Cooperação Econômica Estrangeira do Ministério de Meio Ambiente. |
| Regularização do Setor Bancário no Atendimento à Empresas no Exterior e Fortalecimento do Controle de Riscos (2017) | 2017 | Comissão Reguladora dos Bancos da China (CBRC)   |
| Medidas para a Supervisão e Administração de Investimentos no Exterior por Empresas Estatais Centrais (2017)        | 2017 | Comissão de Administração e Supervisão de Ativos das Empresas Estatais (SASAC) - Conselho de Estado  |
| Diretrizes Sobre Orientação e Regulamentação de Investimentos Estrangeiros (2017)                                   | 2017 | Conselho de Estado, elaborado pelo Ministério do Comércio e outros   |

## Para saber mais:

Garzón, Paulina (2018). Handbook on Chinese Environmental and Social Guidelines for Foreign Loans and Investments. IISCAL: China-Latin America Sustainable Investment Initiative. Disponível em: <https://bankinformationcenter.cdn.prismic.io/bankinformationcenter%2F5ff4145c-ceaa-4760-85b6-67397e3a220d-handbook+on+chinese+e+%26+s+guidelines+for+foreign+l+%26+i+2019.pdf>

China issues guidelines on overseas investments, 2017. Disponível em: <https://www.chinalawinsight.com/2017/08/articles/global-network/china-issues-guidelines-on-overseas-investments/>. Acesso em: 01/02/2020.

Inclusive Development International. Safeguarding People and the Environment in Chinese Investments. Second Edition. 2019. Disponível em: [www.inclusivedevelopment.net/resources/publications/](http://www.inclusivedevelopment.net/resources/publications/)

## Sites

China Banking Regulatory Commission (CBRC). <http://www.cbrc.gov.cn/showyjhiindex.do>

Ministry of Commerce (MOFCOM) <http://english.mofcom.gov.cn>

Ministry of Ecology and Environment of the People's Republic of China (MEE) <http://english.mee.gov.cn/>

State Council <http://english.www.gov.cn/>

SASAC <http://en.sasac.gov.cn/>

National Development and Reform Commission (NDRC) <https://en.ndrc.gov.cn/>

Ministry of Foreign Affairs (MFA) [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/)

Eximbank <http://english.eximbank.gov.cn/>

Banco Desenvolvimento da China <http://www.cdb.com.cn/English/>

People's Bank of China <https://www.boc.cn/en/>

## Expediente

BPC Policy Brief V.10 N.1

Fevereiro - Março 2021

Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center

ISSN: 2318-1818

7p ; 29,7 cm

## Coordenação e Finalização:

Maria Elena Rodriguez

Estagiários: Lara Mendes,

Clara Giffoni, Anna Becker,

Cândido Grinsztejn

Assistente de pesquisa:

Livia Costa

## Apoio

Climate and Land Use Alliance - CLUA

<http://www.climateandlandusealliance.org/>

Mott Foundation

<https://www.mott.org/>